

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.978 - RJ (2018/0318415-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : COMPANHIA DE SÍTIOS LIMITADA - EM LIQUIDACAO
REPR. POR : BIPLAN BRITO IMOVEIS PLANEJAMENTO E CONSTRUCAO
LTDA - ME - LIQUIDANTE
ADVOGADO : MILTON MORAES MARTINS - RJ016185
AGRAVADO : MANUEL FIGUEIRA QUINTAL - ESPÓLIO
REPR. POR : LOURENCO PROCOPIO DE SOUZA QUINTAL
REPR. POR : ALZIRO FIGUEIRA QUINTAL
REPR. POR : MARIA DE FATIMA DE SOUZA QUINTAL
REPR. POR : MARIA MARLENE FIGUEIRA NEUBAR
REPR. POR : REGINA DE SOUZA QUINTAL
ADVOGADOS : GILBERTO MARTINS COSTA - RJ036164
BERNARDO CAMACHO MARTINS COSTA - RJ163186

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação do art. 76 do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 522):

ACÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PARTE AUTORA QUE NÃO COMPROVOU SER REPRESENTADA PELO LIQUIDANTE APONTADO NA INICIAL, APESAR DE REGULARMENTE INTIMADA PARA SANAR A IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE AD PROCESSUM (PRESSUPOSTO PROCESSUAL). REFORMA DA SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. PROVIMENTO DO RECURSO.

Sustenta que "a empresa Biplan Brito Imóveis Planejamento e Construção Ltda. é liquidante da empresa recorrente desde 27/2/1985 por força de decisão no Agravo de Instrumento extraviado no fórum (...)" (fl. 699).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem julgou extinto o processo, sem exame do mérito, na forma do art. 267, IV, do Código de Processo Civil de 1973, por considerar

que a autora não comprovou ter capacidade processual, após ter sido intimada para sanar a irregularidade, conforme se extrai dos seguintes trechos (fls. 526/527):

(...)

O apelante visa a reforma da sentença para ver acolhida a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam, com a consequente extinção do processo, sem o exame do mérito.

Da leitura dos autos, vê-se que às fls. 46, foi determinado que a autora COMPANHIA DOS SÍTIOS LTDA., regulariza-se a sua representação processual, contudo, a mesma, apesar de devidamente intimada para sanar a irregularidade, durante todo o trâmite processual, informa ser representada por sua liquidante BIPLAN BRITO IMÓVEIS PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA., conforme documentos acostados aos autos, o que foi objeto de impugnação pela parte ré.

Observa-se que este relator a fim de averiguar se a irregularidade processual havia sido sanada com os documentos anexados pela autora solicitou informações ao Juiz de Direito da 7ª Vara Cível desta Comarca, o qual comunicou às fls. 492, que à época da sentença, foi nomeado para representar a autora o Sr. LUIZ EDUARDO FAIRBANKS e que pedido a sua substituição pela BIPLAN - BRITO IMÓVEIS, PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA., foi o pleito indeferido. Ressalta-se que a questão da substituição do liquidante foi objeto de análise pelo referido juízo no despacho cuja cópia se encontra às fls. 479/480, o qual ratifica ter sido indeferida a substituição do liquidante, ressaltando que não há nos autos decisão que embase a expedição do alvará que autorizou a referida empresa a proceder a venda dos bens da autora.

Assim, não cabe prolongar o julgamento deste recurso com a diligência requerida às fls. 299, ou seja, pedido de novo ofício para esclarecimentos sobre as informações prestadas pelo Juízo acima referido, até porque foi oportunizado a autora sanar o vício apontado desde o início do processo, o que não se verificou, sendo certo que os documentos trazidos pela mesma não são hábeis a comprovar que a BIPLAN BRITO IMÓVEIS PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA. tenha legitimidade para representar a autora.

Dessa forma, considerando que a autora não comprovou ter capacidade processual (legitimatio ad processum), a sentença merece reparo para que o processo seja julgado extinto, sem exame

de mérito, na forma do artigo 267, IV, do CPC/73.

(...)

Com efeito, anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios (art. 85, § 11, do CPC/2015) em razão da fixação anterior no patamar máximo permitido em lei.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

